

Ata da XI Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT)
Brasil - França
3 e 4 de julho de 2019 – Macapá, Estado do Amapá

Realizou-se em Macapá, Amapá, nos dias 3 e 4 de julho de 2019, a XI Reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT) Brasil-França.

A delegação brasileira à XI CMT foi chefiada pelo governador do Estado do Amapá, sr. Waldez Góes, e pelo diretor do Departamento de Europa do Ministério das Relações Exteriores, sr. Carlos Perez. A delegação francesa foi chefiada pelo prefeito da região da Guiana Francesa, sr. Patrice Faure, e pelo embaixador da França no Brasil, sr. Michel Miraillet. Compuseram a delegação francesa o presidente da Coletividade Territorial da Guiana (CTG), sr. Rodolphe Alexandre; o vice-prefeito da Guiana Francesa, sr. Frédéric Bouteille; o deputado da Guiana, sr. Gabriel Serville; o chefe de Missão do Direito Europeu e Internacional, sr. Guillaume Lagree, a conselheira diplomática, sra. Anne Suard; a conselheira territorial CTG, sra. Leda Mathurin; o comandante superior das Forças Armadas da Guiana, gen. de divisão aérea Didier Looten; o presidente do Grande Conselho Coutimier, sr. Sylvio van der Pilj; o embaixador da delegação da Cooperação Regional da Zona da Antilhas-Guiana, sr. Jean-Bernard Nilam e o cônsul honorário em Macapá, sr. Fabien Fournet. Integraram a delegação brasileira a cônsul-geral do Brasil em Caiena, sra. Vera Campetti; o comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva do Exército, gen. de brigada Viana Filho; o diretor do Departamento de Segurança e Justiça do Itamaraty, sr. André Veras; o vice-governador do Amapá, sr. Jaime Nunes, a presidente da Agência Amapá, sra. Tania Maria Sousa; diplomatas do DEU e da DIM; representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Saúde, da Defesa, do Departamento da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da ABIN, do Ibama, da Receita Federal, do DNIT e da Anvisa e diversos servidores do Governo do Estado do Amapá.

As partes recordaram que vários progressos foram verificados desde a última reunião da CMT, no final de 2016, em Caiena: Houve a abertura da ponte para tráfego de veículos de passeio (março de 2017); ocorreram duas reuniões da Comissão Mista de Transporte Rodoviário Internacional (CMTRI), com a finalidade de concluir as tratativas sobre o transporte rodoviário comercial, e realizou-se, em 2018 e 2019, duas reuniões do Conselho do Rio Oiapoque, o qual não se reunia desde 2013. Recordaram, ainda, que se trata da primeira reunião da CMT desde a abertura da ponte. Manifestaram interesse em aprofundar a cooperação em áreas como meio ambiente, saúde, educação, transporte e investimentos.

I. Acompanhamento da implementação do marco normativo relativo aos municípios transfronteiriços

1. Ponte sobre o rio Oiapoque: funcionamento e manutenção

A parte francesa reiterou interesse em estabelecer o horário de funcionamento da ponte de 8h às 18h, sete dias por semana, a partir de 1º de agosto de 2019. As partes concordaram em que fosse convocada, por videoconferência, reunião da Comissão Intergovernamental, prevista no art. 25 do Acordo Relativo à Construção de uma Ponte Rodoviária sobre o Rio Oiapoque ligando a Guiana Francesa e o Estado do Amapá (Paris, 2005), com mandato sobre os aspectos relativos ao funcionamento e

manutenção da ponte. A reunião deverá ocorrer até o dia 31 de julho deste ano. A agenda da reunião deverá tratar, entre outros temas:

- (i) do horário e modalidades de utilização da ponte, tendo em vista a necessidade de prever hipóteses de interrupção do fluxo de veículos em caso de acidente, questão de ordem pública ou operações de manutenção.
- (ii) da aplicação dos artigos 10 e 27 do acordo mencionado às atividades de manutenção da ponte.
- (iii) Aspectos técnicos para a manutenção da ponte (eventuais propostas para a adaptação das modalidades de manutenção).

As partes reiteraram o compromisso de oferecer aos cidadãos de ambos os países as melhores condições de funcionamento da ponte. Recordaram a realização, em novembro de 2018, de relatório de inspeção da ponte, no qual constou que não houve comprometimento estrutural, apesar do incidente ocorrido em 23 de junho de 2018, em razão de degradações localizadas no guarda-corpo da ponte. No entanto, a parte francesa enfatizou a urgência com a qual deve ser feita a transmissão das informações sobre a realização das obras de reparação das partes de concreto degradadas, indispensáveis para garantir a segurança dos usuários do rio.

A delegação francesa solicitou à parte brasileira os seguintes documentos: dossiê com a documentação das obras executadas, projeto de caderno de especificações da licitação para a manutenção da ponte e projeto de manual de manutenção revisado da ponte. A parte brasileira informou que já foi aprovado o manual de manutenção da ponte, inclusive com emendas da parte francesa sobre o cronograma de manutenção. Salientou, ainda, que não houve modificações posteriores ao manual de manutenção.

2. Regime de Circulação Transfronteiriça

As partes concordaram com a necessidade de estabelecer novamente um Comitê Local de Administração, previsto no art. 9º do Acordo, por troca de notas, para facilitar a aplicação do Regime de Circulação Transfronteiriça entre o Estado do Amapá e a Região Guiana (criado por troca de notas em 2014). As partes deverão confirmar, até o final de julho de 2019, os integrantes do comitê. A parte francesa acenou que poderia haver discussões no âmbito do comitê mencionado sobre os limites territoriais de aplicação do regime. Indicou, ainda, que é necessário criar mecanismos para coibir uso das carteirinhas além das 72 horas previstas no acordo.

3. Regime Especial de Bens de Subsistência

As partes passaram em revista a implementação do Acordo para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as Localidades de Oiapoque e Saint Georges de l'Oyapock (Brasil, 2014). Representante da Superintendência da Receita Federal brasileira indicou que o regime se aplica apenas a bens destinados a um consumo corrente e cotidiano, e em quantidades não comerciais (por seu volume, frequência...).

II. Infraestrutura e transporte entre o Amapá e a Guiana Francesa

1. Comunicação por via terrestre: reabilitação da BR 156

A parte brasileira apresentou a estimativa de que, em dois anos, estejam concluídas as obras de revitalização da BR 156 entre Macapá e Oiapoque. A parte francesa salientou os desafios existentes e agradeceu as informações prestadas.

2. Teste de transbordo de carga sobre o rio Oiapoque

A delegação francesa lembrou que no dia 9 de maio de 2019 foi iniciado um teste de transbordo de carga sobre o rio Oiapoque previsto para durar 3 meses. A parte francesa propôs que o teste fosse prolongado por um ano após o dia 9 de agosto. Salientou, ainda, que as dificuldades oriundas das condições da BR 156 impediriam maior circulação de cargas entre os dois países. Por fim, demonstrou interesse em que o teste envolvesse também o transporte de passageiros entre os dois países.

A parte brasileira informou que, em princípio, poderia concordar com a prorrogação do período de transbordo, mas deveria-se avançar na questão definitiva, que é o transporte internacional. Apontou que, apesar do Acordo referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas (Paris, 2014), ainda não se conseguiu avançar na integração de sistema de transportes.

3. Comunicação por via terrestre: transporte rodoviário de cargas

A parte francesa manifestou preocupação com o desequilíbrio no comércio que poderia ocorrer com o aumento dos transportes de ambos os lados. Reafirmou que as condições da BR 156 dificultam a fluidez do transporte.

As partes concordaram com a convocação da Comissão Mista de Transportes, prevista no art. 17 do Acordo referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas (2014). A reunião poderia ser realizada nos dias 12 e 13 de setembro, em Macapá, e dará seguimento às decisões estabelecidas nesta CMT.

4. Comunicação por via terrestre: transporte de passageiros Macapá – Caiena

As partes concordaram com a meta de estabelecimento de linha regular de transporte de passageiros no trecho de Macapá a Caiena. Representante da ANTT informou que referido projeto já foi regulamentado no âmbito do acordo de transportes. A parte brasileira está analisando o interesse de empresários brasileiros em operarem essa linha, respeitada a reciprocidade. A parte francesa (Câmara de Comércio e Indústria da Guiana Francesa) apresentou o quadro geral do estudo que ela está realizando em parceria com o Brasil (SEBRAE) e indicou que os resultados estariam disponíveis em outubro. A implementação dessa linha depende de estudo de demanda que envolve o trajeto, a frequência e a forma jurídica que deverá tomar a operação em questão. Informou, ainda, que está facultada a possibilidade de atendimento de demandas ocasionais (fretamento para atividades turísticas pontuais, necessidades na área da saúde, etc.). Referido tema poderá ser objeto de deliberação na próxima reunião da Comissão Mista de Transportes.

5. Seguro para diferentes tipos de veículos

A parte francesa informou que as regras do seguro-fronteira haviam sido adaptadas para o território da Guiana Francesa a fim de facilitar a circulação de veículos estrangeiros que adentrem o território francês: o período de garantia foi estendido de 15 dias a 1 ano, sem limite de renovação (antes era de 1 a 3 meses, renovável apenas uma vez). O valor do prêmio do seguro-fronteira é de no mínimo 90 euros para 15 dias de contrato para veículos leves (o seguro é obrigatório no território da União Europeia). O lado francês informou que ainda não há volume suficiente do mercado para impulsionar as companhias de seguro privadas a ofertar seus produtos a preços competitivos. Salientou,

também, que há dificuldade na contratação de seguros brasileiros para veículos guianenses.

A delegação brasileira reconheceu os esforços feitos pela parte francesa para diminuir os prêmios de seguro para veículos de passeio. Registrou, além disso, que o preço dos prêmios dos seguros franceses ainda é incompatível com a realidade regional. Essa situação é também responsável pelo desequilíbrio no fluxo de automóveis pela ponte: em 2018, circularam 16.190 carros franceses e menos de 20 carros brasileiros. A parte brasileira informou sobre a possibilidade teórica de contratação de seguro francês com validade no Brasil. A parte francesa informou que esse tipo de oferta ainda não existe.

6. Acesso marítimo: atividades de cabotagem

A parte francesa informou sobre o projeto de linha de cabotagem no platô amazônico, com conexões no Caribe. Segundo o diretor do Grande Porto Marítimo da Guiana, o financiamento poderia ser solicitado no âmbito do Programa de Cooperação Interreg Amazônia. As exportações que saem do Brasil para a Guiana Francesa exigem linha de cabotagem direta. Uma “chamada internacional para manifestação de interesse” será lançada para os armadores interessados.

A parte brasileira tomou nota da proposta francesa.

7. Acesso marítimo: Posto de Inspeção Fronteiriça no Porto de Caiena

A parte francesa relatou que ainda não há Posto de Inspeção Fronteiriça (PIF), mas espera que seja instalado em dois ou três anos. Informou que a inspeção dos produtos agrícolas provenientes de países terceiros com destino à Guiana Francesa deve atualmente ser realizada na Europa devido à ausência desse posto na fronteira. A criação do PIF na Guiana Francesa facilitará e permitirá dar um novo impulso a esses intercâmbios.

A parte brasileira tomou nota da informação.

8. Transporte aéreo de viajantes e cargas (frete)

Ambas as partes demonstraram convergência de interesse na criação de linha aérea Macapá – Caiena, mas há entraves que devem ser superados, como a questão dos vistos. Não há acordo específico que trate de transporte aéreo. As partes estudarão a possibilidade de convocar reunião *ad hoc*, em Brasília, para dar seguimento ao tema.

A parte francesa (Câmara de Comércio e Indústria da Guiana Francesa) anunciou que havia sido concedido às companhias aéreas brasileiras TAM e AZUL um abatimento de 3% sobre os custos do querosene. Ressaltou que um diálogo estava sendo realizado com a companhia AZUL a respeito do transporte de cargas. Informou, por fim, que facilidades (redução das taxas aeroportuárias por um período de 3 anos) haviam sido concedidas para favorecer a criação de novas linhas partindo de Caiena ou com destino à cidade.

9. Infraestrutura digital

A parte brasileira registrou que vem promovendo a conectividade digital na Amazônia, por meio de fibra ótica. Informou que seria importante contar com a participação da Guiana Francesa em projetos de infraestrutura e de tráfego de dados. Salientou, por fim, que seria necessário marco regulatório comum.

A parte francesa tomou nota das informações fornecidas pela delegação brasileira.

III. Desenvolvimento Econômico

1. Comércio e investimento

i. Guia de negócios CCIG/ FECOMERCIO

A delegação francesa ressaltou que a Câmara de Comércio e Indústria da Guiana Francesa e a FECOMERCIO tinha assinado uma convenção de parceria em 2016 que previa a redação de um guia de negócios. Ela especificou que o guia de negócios CCIG/FECOMERCIO fornece informações para promotores de projetos, como dados referentes à economia, às empresas ou à legislação etc. O projeto foi apresentado na X Reunião da CMT, em 2016. Os parceiros definiram o formato, porém o financiamento do projeto não ocorreu. Com a abertura da ponte, a parte francesa gostaria de relançar o projeto. De julho a dezembro de 2018, houve retomada de contato com a FECOMERCIO e atualização de dados econômicos em francês e em português.

A parte brasileira tomou nota das informações. Salientou a necessidade de fortalecer o turismo de negócios, pouco explorado na relação bilateral, e concordou com a necessidade de retomada de contatos.

ii. Projeto de Lojas Francas em Oiapoque

Pela delegação brasileira, representante da FECOMERCIO apresentou interesse na utilização do regime aduaneiro especial de loja franca no município de Oiapoque, com vistas a incrementar as trocas comerciais. Referido regime foi regulamentado pela Receita Federal do Brasil (Instrução Normativa RFB nº 1799, de 16 de março de 2018). A parte brasileira incentivou a participação de empresários da Guiana.

A parte francesa (mais particularmente sua representação aduaneira) informou que estaria interessada em obter informações mais detalhadas sobre essas disposições.

iii. Fórum de Empresários do Amapá e da Guiana Francesa

As partes concordaram com a possibilidade de estabelecer fórum de empresários de ambos os países, com vistas a discutir temas de interesse comum e estabelecer espaço de conhecimento mútuo de oportunidades de negócio.

iv. Programa de Cooperação INTERREG AMAZÔNIA

A parte francesa esclareceu que o programa Interreg Amazônia é gerido pela Coletividade Territorial da Guiana Francesa e visa ao desenvolvimento do platô das Guianas. O programa é resultado de um longo trabalho de cooperação entre Suriname, Guiana, Guiana Francesa e os Estados do Amapá, Pará e Amazonas. Foi informado de que o programa dispõe de 18,9 milhões de euros de fundos europeus, dos quais 14 milhões são destinados a projetos de desenvolvimento transfronteiriço. Em 2019, o programa conta com 15 projetos, sendo 7 deles viabilizados com órgãos do Amapá.

A delegação brasileira concordou com a importância do programa para o potencial de desenvolvimento da região. O governo do Amapá manifestou grande interesse em estabelecer estratégias mais ambiciosas para engajamento de parceiros franceses, os quais podem submeter os projetos.

IV. Cooperação em Matéria de Defesa e Segurança (combate a ilícitos transnacionais):

1. Cooperação Militar

i. Operações conjuntas e intercâmbio militar

A parte brasileira apresentou os resultados das ações militares conjuntas com a França na faixa de fronteira. Afirmou que a cooperação busca apoiar os seguintes objetivos estratégicos: (i) potencializar a presença militar na foz do Amazonas e no Estado do Amapá; (ii) aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre na região amazônica, e (iii) aumentar a cooperação com países vizinhos, particularmente entre suas Forças Armadas, respeitando-se os limites territoriais de cada Estado. Registrou que a presença militar brasileira tem aumentado na faixa de fronteira no Amapá. Tem sido incrementado, também, o intercâmbio com países vizinhos e a capacidade de coordenação de diversas instituições estatais no combate a crimes transfronteiriços. A parte brasileira ressaltou a importância que atribui à obtenção de uma ajuda logística por meio da autorização de acesso ao aeroporto de Camopi para as aeronaves militares de transporte brasileiras no âmbito da luta contra práticas ilícitas.

A delegação francesa informou que tem grande interesse na presença do Exército brasileiro na região, porque representa mensagem inequívoca contra o crime organizado.

Ela ressaltou que reuniões bilaterais (RREM) são realizadas regularmente entre as Forças Armadas da Guiana Francesa (FAG) e seus homólogos militares regionais brasileiros. A próxima reunião será realizada em Belém em setembro de 2019. Trata-se de uma RREM Marinha entre os comandos das FAG e do Quarto Distrito Naval.

Ela indica, no entanto, que a utilização do aeródromo de Camopi deve respeitar as normas europeias, as quais preveem um ponto de entrada e saída no território da Guiana Francesa, que pode ser apenas o aeroporto internacional de Caiena. As modalidades de utilização do aeródromo de Camopi para o exército brasileiro foram definidas por uma correspondência enviada pelo general comandante superior das Forças Armadas da Guiana ao comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva em 22 de julho de 2019.

As partes registraram que está prevista para setembro deste ano reunião entre os exércitos francês e brasileiro.

ii. Combate à pesca ilegal

As partes enfatizaram a importância fundamental da cooperação judiciária e de troca de inteligência para o combate à pesca ilegal. As marinhas francesa e brasileira coordenam as operações marítimas militares realizadas no âmbito dessa luta. Um oficial de ligação da marinha brasileira está encarregado dessa coordenação com o 4º Distrito Naval junto ao Estado-maior das Forças Armadas da Guiana Francesa.

A parte brasileira esclareceu que as ações militares são realizadas durante todo o ano na região fronteiriça.

Representante da delegação francesa afirmou que a criação de uma base naval da marinha brasileira em Oiapoque é um sinal positivo, pois indica que essa capitania poderá exercer uma presença dissuasiva e assegurar o desenvolvimento de ações coordenadas em prol da luta contra incursões de pescadores brasileiros na parte francesa.

2. Cooperação Policial e Aduaneira:

i. Combate à exploração ilegal do ouro

As partes concordaram em que o garimpo ilegal é um flagelo que destrói o meio ambiente e o modo de vida dos envolvidos. Por essa razão, deve haver engajamento dos

serviços judiciais, da *gendarmérie*, das aduanas e das Forças Armadas. A parte francesa salientou que a cooperação com o Brasil se faz em três eixos: (i) cooperação judiciária, (ii) troca de inteligência, via centro de cooperação policial e (iii) condução de operações repressivas.

A delegação brasileira afirmou que o garimpo ilegal demanda investimentos e requer operação complexa de lavagem de dinheiro, de modo que o êxito em seu combate estará na cooperação em inteligência e das Forças Armadas de cada país, em complementariedade. A Polícia Federal promove intercâmbio operacional, em ações coordenadas com os franceses. Como exemplo, mencionou-se a Operação Ouro Perdido, que foi conduzida pela Superintendência da PF no Amapá e que obteve apreensão de material e prisão de pessoas envolvidas na atividade criminosa, em ambos os lados da fronteira.

ii. Centro de Cooperação Policial em Saint-Georges de l'Oyapock

A parte brasileira salientou a importância da troca de informações por meio do CCP, que contará, em breve, com integrante da Polícia Rodoviária Federal. Informou que se deve buscar simetria no compartilhamento de informações com o lado francês, como, por exemplo, nos dados relativos a pedidos de recondução envolvendo longas distâncias, cuja grande parte diz respeito a detentos que estão saindo da prisão.

A delegação francesa enfatizou sua vontade de realizar com maior frequência a repatriação de brasileiros detidos.

Quanto ao CCP, a delegação francesa salientou que foi decidido durante a CMT de 2016 que o CCP evoluiria para o CCP-D (Centro de Cooperação Policial e Aduaneira). Propôs, por fim, que a sede do novo centro se localizasse de forma definitiva em edifício situado no lado francês, próximo à ponte.

No que diz respeito a essa evolução, a Direção-Geral da Aduana Francesa validou essa opção e indicou que um agente aduaneiro poderia ser disponibilizado para essa nova estrutura em função das necessidades que surgirão.

O lado brasileiro tomou nota da proposta francesa e comprometeu-se a efetuar consultas internas sobre o assunto, a fim de dar uma resposta a essa questão da implantação definitiva, que vem sendo levantada com recorrência desde a 9ª Reunião da CMT.

iii. Compartilhamento de informações sobre atividades ilícitas

O lado brasileiro novamente salientou que o compartilhamento de informações via CCP é fundamental. O Brasil propôs maior colaboração por meio do Ibama (controle da atividade de pesca e tráfico de espécies protegidas), e na troca de informações sobre produtos retidos na aduana. Informou que a biopirataria é feita, na maioria das vezes, por turistas. Sugeriu, por fim, que, após a apreensão de mercadorias provenientes do Brasil, houvesse devolução do produto do contrabando.

A parte francesa tomou nota da proposta brasileira. Ressaltou que diversos serviços são competentes nessa matéria: Aduana, Direção do Mar, Polícia Marítima, mas também a DEAL e a ONCFS. A administração da aduana francesa afirmou não apresentar nenhuma objeção à troca de informações com seu homólogo brasileiro a esse respeito.

iv. Cooperação em matéria de Defesa Civil

O representante brasileiro informou que já está em vigor, desde 2017, o Acordo Relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência (Paris, 2012). Sublinhou que há projetos de capacitação de agentes de ambos os países e que

são feitos atendimentos nos dois lados da fronteira. Citou a cooperação dos bombeiros brasileiros para apagar incêndio em Saint Georges de L'Oyapock.

A parte francesa (EMIZ) apontou que o “Plano de Assistência Mútua em matéria de Segurança Civil”, apesar de ser a derivação operacional e técnica do acordo, ainda não foi finalizado. Se as duas partes se coordenarem, ele poderia ser assinado antes da próxima reunião da CMT. O acordo existente não cobre o atendimento médico de emergência.

v. Cooperação judiciária

A delegação brasileira informou que França e Brasil negociam emenda ao acordo de cooperação jurídica em matéria penal que inclui o direito de perseguição nos dois lados da fronteira. A recente operação “Ouro Perdido” é demonstração inequívoca de resultado positivo que pode ser alcançado por meio de cooperação. Será apresentada, proximamente, ao lado francês proposta de cooperação jurídica na área de fronteira. Acredita-se que referido acordo dará institucionalidade a práticas que já acontecem.

O lado francês aproveitou para reiterar que a cooperação jurídica e de defesa são pilares fundamentais da relação bilateral. Registrou que o marco jurídico que estabelece a cooperação entre os dois países deve ser atualizado para o enfrentamento à criminalidade moderna. Argumentou que a cooperação judiciária entre autoridades que atuam na fronteira depende de cooperação pessoal entre magistrados. Propôs estágios para magistrados brasileiros na Guiana Francesa e informou que, antes do final do ano, haverá colóquio entre magistrados amapaenses e franco-guianeses.

V. Questões Migratórias e Consulares

2. Mecanismo Bilateral sobre questões migratórias

A delegação brasileira informou sobre a realização da 7ª reunião do Mecanismo Bilateral sobre Questões Migratórias, que ocorreu em Paris, em 1º/07/2019. Salientou que não se pode relacionar “vistos” a “criminalidade”. No entanto os vistos continuam sendo um entrave ao desenvolvimento das atividades econômicas e turísticas, bem como à cooperação transfronteiriça. A parte brasileira assinalou que a atividade criminosa ocorre independentemente da exigência de visto. Enfatizou também que a ausência de visto não significa ausência de controle, o que é questão distinta.

Em Paris, durante a reunião do Mecanismo Bilateral sobre Questões Migratórias, a delegação francesa propôs a criação de Grupo de Especialistas em setembro de 2019, o qual estaria encarregado de realizar uma análise periódica da situação no Brasil e de estudar os avanços em matéria de luta contra migrações clandestinas, bem como a cooperação bilateral em matéria de recondução, inclusive a que envolve longas distâncias. O Brasil sugeriu que se incluía entre os temas a serem discutidos por esse Grupo de Especialistas outras modalidades de se facilitar a circulação de pessoas entre o Amapá e a Guiana Francesa, enquanto a exigência de visto não for eliminada por completo.

A parte francesa ressaltou a importância do mantimento de certos procedimentos a título de proteção da segurança nacional francesa. Afirmou que as propostas serão analisadas, a fim de que o grupo de trabalho possa agir rapidamente.

3. Assuntos consulares

- Informação sobre pessoas detidas

O lado brasileiro informou que o Consulado-Geral do Brasil em Caiena tem encontrado dificuldade de acesso aos brasileiros presos na Guiana Francesa. Desde 2016, com a mudança na Direção do Centro Penitenciário da Guiana Francesa em Caiena, o Consulado-Geral deixou de receber informações completas e atualizadas da lista de brasileiros encarcerados. Reconheceu, no entanto, que desde os contatos realizados recentemente com a administração central da coletividade as autoridades guineenses têm respeitado o anexo I da "Circulaire de la DAP-PMJ4 du 18 septembre 2007 relative à l'information des ressortissants étrangers en cas de détention et à l'information et au droit de visite de leurs autorités consulaires" que permanece condicionado à autorização explícita dos detidos para o fornecimento de seus dados à autoridade consular.

A delegação brasileira reafirmou que essa situação não serve aos interesses nem do Brasil nem da França, pois limita a cooperação consular e policial na fronteira, facilitando a fuga de foragidos das Justiças brasileira e francesa. A delegação anunciou que providências foram tomadas no plano diplomático em abril de 2019 para que houvesse a assinatura de um acordo bilateral para a habilitação do Brasil como país do Anexo II da Circular DAP-PMJ4 de 2007, e não mais do Anexo I, o que o tornaria, portanto, apto a receber informações sobre detentos independentemente de sua autorização explícita para o fornecimento de seus dados à autoridade consular.

A parte francesa confirmou que muitos detentos brasileiros não querem assistência consular. Ela acolhe o pedido brasileiro para a assinatura de um acordo bilateral que permita ao Brasil entrar na lista de países constantes no parágrafo 2 do anexo da circular DAP-PMJ4 de 18/09/2007 relativa à informação de estrangeiros detidos e à informação e direito de visita de suas autoridades consulares. Esse parágrafo 2º lista os países com os quais a troca de informações é automatizada (com procedimentos variáveis) e constitui assim uma exceção à regra habitual que condiciona a informação das autoridades consulares à manifestação expressa dos detentos (em virtude da Convenção de Viena de 1963 sobre as relações consulares).

- Recondução de pessoas em situação irregular

A parte brasileira ressaltou que o Brasil tem interesse em que os brasileiros presos provisoriamente ou já condenados pela justiça francesa sejam reconduzidos ao país para cumprirem pena. Salientou que as partes não dispõem de acordo bilateral de transferência de pessoas condenadas, mas a França já teria sinalizado a possibilidade de transferência por meio de promessa de reciprocidade. Além disso, o Brasil deve aderir à Convenção de Estrasburgo sobre Transferência de Pessoas Condenadas (1983). Informou, por fim, que o Brasil abriu cinquenta vagas em presídio em Brasília para receber detentos transferidos de outros países.

A delegação francesa tomou nota e analisará as propostas brasileiras. Salientou que as autoridades francesas têm interesse na transferência de brasileiros condenados e que a detenção de brasileiros é feita de modo transparente, sob pleno controle judicial.

VI. Relato da Reunião do Conselho do Rio Oiapoque

A presidente da Agência de Desenvolvimento do Amapá informou que a reunião do Conselho do Rio Oiapoque foi realizada no dia 28/06/2019, no município de Oiapoque.

Sobre a temática de saúde, definiu-se a necessidade de agendas paralelas de colaboração, especialmente no combate a doenças endêmicas. No que diz respeito à gestão de resíduos, a parte francesa propôs a construção e operacionalização de

embarcação coletora de lixo cujos tripulantes poderão ser brasileiros e franceses. Também estiveram na pauta os temas da circulação entre as duas margens do rio e o horário de funcionamento da ponte. Registrou-se que questões como traslado de corpos e criação de lojas francas deveriam ser levadas ao conhecimento do Conselho do Rio, tendo em vista a realidade local dessas demandas. Foi recebida carta do Movimento Social Coletivo Popular Mãos da Fronteira, que será examinada na próxima reunião do Conselho do Rio. Referida reunião deverá ocorrer em outubro deste ano, na Guiana Francesa, em data a ser definida pelas partes.

A prefeita do município de Oiapoque afirmou que a reunião do Conselho do Rio Oiapoque foi positiva.

A parte francesa destacou que foi acordado que o Conselho do Rio Oiapoque deveria ter papel mais operacional do que aquele que atualmente exerce. Propôs consulta entre 15 de julho e 15 de outubro para alinhar o que seria o “Conselho do rio renovado”. O Conselho foi criado antes da abertura da ponte, razão pela qual devem ser revistas sua composição e sua forma de ação, a fim de incluir a participação da Coletividade Territorial da Guiana e do *Grand Conseil Coutumier* (Grande Conselho de povos indígenas e bushinengues). O prefeito da cidade de Saint-Georges enfatizou a natureza transfronteiriça da vida cotidiana da população ribeirinha do rio e a necessidade de intensificar as trocas entre as delegações na próxima reunião da CMT.

Apontou que os próximos desafios a serem enfrentados são: (i) formalização dos horários de funcionamento da ponte; (ii) gestão de dejetos, e (iii) controle do tráfego transfronteiriço.

A parte brasileira registrou que está aberta a rever o funcionamento e a composição do Conselho do Rio, tendo em vista que o órgão foi criado em 2012, portanto antes da abertura da ponte, sem prejuízo das atribuições conferidas a outros órgãos criados pelo marco normativo bilateral. Reafirmou seu compromisso de manter a periodicidade prevista das reuniões (duas vezes ao ano, o que nunca foi feito).

Por fim, ambas as partes concordaram em que a agenda da próxima reunião do Conselho do Rio poderia ser conformada de acordo com seis eixos: educação, saúde, segurança, infraestrutura, meio ambiente e social.

VII. Educação e Cultura

4. Cooperação Interuniversitária e Mobilidade

As partes tomaram nota de iniciativas de cooperação universitária em vigor, as quais ocorrem em três frentes: esporádica, acordos interinstitucionais bilaterais e interinstitucionais multilaterais. A modalidade esporádica já conta com grupos de pesquisa e coordenações, não somente nas universidades. Os acordos interinstitucionais têm como fontes convênios das instituições de ensino superior da região. São acordos genéricos que abrangem várias áreas de conhecimento. A parte brasileira propôs o estabelecimento de acordos internacionais entre governos, com objetivo de fomentar a integração das instituições superiores, a exemplo da universidade virtual, no âmbito do Mercosul.

A parte francesa destacou que mantém, desde 2015, cooperação com a Universidade do Amapá e, a partir de 2016, com a Universidade Federal do Amapá. Em 2018 e 2019, oito projetos foram concluídos, com seminários de estudos e estágios. Há compartilhamento maior na área de ciências humanas. Há projetos para criação de rede

de universidades no platô das Guianas, com objetivo principal de compartilhar conhecimento digital.

5. Ensino do francês no Amapá e do português na Guiana Francesa e mobilidade de estudantes

Representante brasileiro apresentou os recentes desdobramentos sobre o ensino do idioma francês no Estado do Amapá. Inaugurou-se o Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand, que conta atualmente com 1243 alunos e 23 professores, e que já formou mais de 10 mil profissionais. Houve avanço no Centro Cultural Franco-Amapaense, que desde 2009 é espaço de difusão da cultura francesa e conta com 800 estudantes. A pedido do governo do Amapá, foi feita capacitação de taxistas e de profissionais de saúde, bem como realizado concurso público para 153 professores na rede estadual de ensino. Ressaltou-se o apoio da França com bolsas e apoio pedagógico na França e no Brasil. Foi inaugurada, em 2018, escola estadual que oferece classes bilíngues, sendo a segunda escola na Amazônia e a terceira no Brasil com essa modalidade de ensino. Finalmente, salientou-se a reflexão sobre a base nacional curricular, que determina que a primeira língua estrangeira a ser ensinada nas escolas é o inglês. O governo do Estado do Amapá está em negociação com o governo federal para que o francês seja definido como segundo idioma de ensino no estado.

A parte francesa registrou satisfação com a criação da escola bilíngue. Registrou, no entanto, que a procura supera o número de vagas, de modo que seria necessária a criação de uma segunda escola bilíngue. A embaixada da França em Brasília confere prioridade a essa iniciativa. Agradeceu o governo do Estado do Amapá pelos esforços para que o francês se torne língua obrigatória, e salientou a importância do intercâmbio regular de estudantes entre a Guiana francesa e o Amapá.

A parte francesa trouxe dados sobre o ensino do português na Guiana: 7200 alunos no ensino elementar. Em 2012, foi aberta seção de língua portuguesa no liceu de Caiena e o idioma vai fazer parte da prova do *baccalauréat*.

A delegação francesa informou que a Guiana fará parte do “Programa Escolas Interculturais” (PEIF). O projeto de Escola Intercultural de Fronteira em Saint-Georges e Oiapoque está em etapa de execução. Foi proposta a criação de um grupo de trabalho entre os parceiros, cuja primeira reunião será realizada em 21 de outubro de 2019. Esta reunião será uma primeira etapa para a consolidação do projeto e permitirá estabelecer o mapa de cooperação transfronteiriça. A parte francesa enfatizou a necessidade de uma forte participação do Ministério da Educação brasileiro, bem como da Secretaria de Educação do Amapá e da Secretaria Municipal de Educação de Oiapoque no projeto.

A parte brasileira tomou nota da proposta da delegação francesa.

3. Cooperação na capacitação de professores

Uma parceria entre a academia da Guiana Francesa e a Secretaria de Educação do Amapá foi estabelecida em 2008 (e renovada em 2018), no âmbito de uma convenção, com vistas a facilitar a mobilidade de estudantes para desenvolver cultura fronteiriça compartilhada.

A cooperação em matéria de capacitação de professores passa essencialmente por um estágio chamado “estágio amazônico” ou “estágio latino-caribenho” que visa a um intercâmbio de práticas pedagógicas entre professores. A última edição foi feita em Macapá, em março de 2018, e permitiu a capacitação de um grupo de 25 estagiários da Guiana, no qual participaram professores de português para estrangeiros e professores

implicados em projetos de cooperação transfronteiriça com o Amapá. O próximo estágio amazônico será realizado na Guiana em novembro de 2019. A representante francesa propôs que fosse criado nessa ocasião um calendário de formação comum.

4. Projeto de Cooperação com o Sesi/SENAI

A parte brasileira discorreu sobre o apoio dado pelo SENAI à educação profissional na Guiana Francesa, que inclui projetos de aprendizagem industrial e cursos profissionalizantes. A delegação brasileira mencionou ainda que o SENAI dispõe de cinco unidades móveis, por meio das quais tem priorizado a educação prática, com infraestrutura suficiente e base pedagógica, inclusive no idioma francês.

A delegação francesa salientou que a cooperação ativa iniciada pelo Polo Emprego e a reitoria com o SENAI. Citou como exemplo o projeto de formação de padeiros/confeiteiros realizado pelo SENAI por meio de uma unidade móvel em Caiena, a qual também será usada para formar 17 estagiários em setembro de 2019.

5. Cooperação cultural

A parte francesa manifestou interesse em relançar o projeto de cooperação “Museus da Amazônia em Rede”, que visa criar uma rede de museus no platô das Guianas, o que incluiria museus de Oiapoque e de Macapá. Propôs relançar a cooperação cultural com a criação de um comitê diretivo. Esse comitê contaria com o apoio da Aliança Francesa e seria instância de diálogo para coordenar eventos culturais e estabelecer uma agenda comum.

A delegação brasileira concordou com as duas propostas francesas. O governo do Estado do Amapá informou que dará seguimento a iniciativas de fortalecimento de cooperação cultural com a Guiana Francesa, por meio de sua Secretaria de Cultura. Salientou que será constituído grupo, a ser liderado pelo governo estadual, para avaliar as iniciativas de cooperação cultural.

VIII. Saúde

1. Atendimento a pacientes na fronteira

A parte brasileira ressaltou a necessidade de aprofundar mecanismos de cooperação em casos de urgência transfronteiriça, para garantir complementaridade dos serviços de saúde. Citou casos em que houve problemas com passagem de veículos na ponte, o que poderia comprometer o estado de saúde de pacientes.

A delegação francesa ressaltou o trabalho feito entre as equipes de saúde de ambos os lados do rio. Salientou que seria necessário providenciar cooperação entre as unidades de SAMU dos dois países, de modo a agilizar o atendimento de emergências individuais pelo SAMU de Caiena, a transferência dos pacientes brasileiros para a emergência do CHAR e o seu retorno ao Brasil após o atendimento emergencial. Essa cooperação poderia ocorrer nos próximos seis meses, como projeto-piloto. Findo esse prazo, poderiam ser avaliados os resultados para a criação de protocolo de atendimento de urgências.

Representante brasileiro registrou que as partes já dispõem de marco institucional que poderia conduzir as tratativas propostas pela parte francesa. Lembrou que foi estabelecido o Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação de Saúde na Zona Transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa, celebrado em 2012, e que conta com Subgrupo de Trabalho em Saúde na Fronteira Brasil-Guiana Francesa, com competência

para fortalecer as ações referentes à assistência e à organização dos serviços de saúde. A parte brasileira sugeriu que referido subgrupo de trabalho se reúna para discutir não somente essas propostas, mas também todas as iniciativas na área de saúde.

A parte francesa concordou com a conveniência de se revitalizar o Subgrupo de Trabalho em Saúde na Fronteira Brasil-Guiana Francesa.

2. Centro Epidemiológico em Oiapoque

A delegação brasileira propôs a criação de núcleo de inteligência epidemiológica em Oiapoque, com competência para monitoramento e vigilância de emergências de saúde pública. Sugeriu que referido núcleo poderia ser considerado sob o marco do já mencionado Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação de Saúde na Zona Transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa, celebrado em 2012, que estabelece, entre outras competências, a de “propor mecanismos para o fortalecimento da vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e outros temas considerados relevantes por ambos os países, levando em consideração a interculturalidade” (art. 1, b). Relembrou que as fronteiras são espaços de circulação de vetores epidemiológicos.

A parte francesa concordou em considerar o tema com a possível brevidade.

3. Cooperação médico-sanitária anual em doenças zoonóticas e doenças sexualmente transmissíveis

Ambas as partes congratularam-se com o trabalho de cooperação técnica entre as equipes dos dois países, que possibilitou a troca de serviços e de informações de saúde. A parte francesa salientou a importância de criação de escritório binacional de saúde para o tratamento de doenças zoonóticas. Representante brasileiro informou que há cerca de oitenta pacientes brasileiros sendo tratados (basicamente consultas e medicamentos) em Saint Georges, e que há empenho em trazê-los de volta para o Brasil e em fornecer-lhes atendimento médico pelo sistema de saúde brasileiro. Afirmou, ainda, que seria fundamental o retorno de pacientes com doenças crônicas, como tuberculose, para acompanhamento no país de origem.

4. Promoção da saúde das populações autóctones

A parte francesa registrou que há um ano e meio desenvolve programa ambicioso de bem-estar das populações autóctones, com apoio técnico e financeiro a iniciativas elaboradas pelas próprias comunidades. Propôs especificamente programa de cooperação para combate ao suicídio.

O representante brasileiro argumentou que esse tema também poderá ser objeto de deliberação do Subgrupo de Trabalho em Saúde na Fronteira Brasil-Guiana Francesa. Assinalou que o Ministério da Saúde (MS) brasileiro tem “know how” acumulado em relação a programas de combate ao suicídio e que poderia compartilhar a experiência.

5. Cobertura vacinal da população transfronteiriça

A parte brasileira manifestou preocupação do MS com a cobertura vacinal na faixa de fronteira. Propôs, nesse contexto, a criação de calendário de ações para, em conjunto ou em paralelo, promover vacinação da população dos dois lados do rio.

A delegação francesa agradeceu a proposta e manifestou interesse em trocar experiências, principalmente no que concerne à vacinação contra o vírus HPV. A delegação brasileira está de acordo em cooperar na matéria.

IX. Agricultura

- Mosca da Carambola

Representante brasileiro fez apresentação pormenorizada sobre o tema, contendo o histórico da mosca da carambola e as iniciativas brasileiras para o controle da praga.

Lembrou que, entre 2002 e 2005, houve protocolo binacional de cooperação, mas que não foi renovado pelo governo francês. Entre 2005 e 2014, foram realizados contatos para restabelecer ação conjunta, sem êxito. Em maio de 2015, foi definido protocolo técnico referente ao estabelecimento de zona tampão na região (após uma série de outras propostas do Brasil). As negociações foram retomadas em junho de 2017. Em 2018, os franceses informaram que não participariam do programa regional (Brasil, Suriname e Guiana) de criação de zona tampão.

A parte francesa reconheceu a importância do combate à praga. Registrou que o impacto econômico na Guiana é menor do que no Amapá. Informou que o uso de defensivos agrícolas segue as normas europeias, razão pela qual sua autorização é complexa e demanda consultas a Paris. Salientou, por fim, que o financiamento da identificação e do mapeamento das áreas atingidas pela praga demandaria 124 mil euros em quatro anos, os quais poderiam vir a ser financiados pelo programa Interreg Amazônia.

O representante brasileiro agradeceu as informações, mas ressaltou que seria essencial o estabelecimento de prazo para que a parte francesa informe sobre o uso de defensivos agrícolas no combate à mosca da carambola, os quais foram citados na apresentação (anexa a esta ata). Afirmou que o Brasil estaria disposto a cofinanciar ações conjuntas para controle da praga.

Os franceses comprometeram-se a responder sobre produtos e sobre a adoção de ações conjuntas.

X. Meio Ambiente

1. Proteção da Biodiversidade da Amazônia

- *Projetos comuns de preservação de áreas protegidas*

Representante da Secretaria de Meio Ambiente do Amapá sublinhou que a preservação de áreas protegidas tem duas vertentes: controle e meio ambiente e desenvolvimento. Registrou a necessidade de cooperação na área de geotecnologia, sensoramento remoto, etc., garantindo mais eficiência no monitoramento.

A parte francesa informou que há vontade de compartilhar conhecimento e iniciativas, tanto no que concerne à biodiversidade quanto à identificação de práticas ilícitas, como garimpo ilegal e pesca predatória. Além disso, destacou a reserva de biodiversidade excepcional das duas regiões.

- *Recuperação de áreas florestais*

O representante brasileiro ressaltou que apenas 1% da degradação ambiental observada na região amazônica ocorreu no estado do Amapá e que o maior parque equatorial do mundo está localizado nesse Estado.

A parte francesa assinalou três pontos: (i) designação de zonas protegidas; (ii) projetos que podem levar a impactos ambientais na floresta, os quais devem ser minuciosamente acompanhados, e (iii) punição de responsáveis pelo desmatamento.

Registrou-se grande convergência de interesses entre as duas partes. Concordaram em que poderiam ser apresentadas demandas concretas de cooperação conjunta durante a próxima reunião do Conselho do Rio Oiapoque, em outubro.

- *Cooperação em Pesca – defeso*

Representante da PESCAP propôs a criação de grupo de trabalho *ad hoc* com vistas a supervisionar a cooperação dos dois países na área de pesca. A cooperação seria não apenas para o defeso, mas para toda a gestão da pesca da região. Poderiam ser estabelecidas metas como monitoramento pesqueiro, cadastro binacional de pescadores da região e de embarcações, padronização de sistema de coletas, tratamento e análise de dados, mapeamento de áreas de pesca, estudo de dinâmica populacional de espécies-alvos, estabelecimento de períodos da pesca, restrição de apetrechos e diagnóstico de cadeia de valor do pescado na região. A parte brasileira comprometeu-se a apresentar proposta de acordo por escrito à contraparte francesa para exame.

A parte francesa sugeriu que a fiscalização, principalmente da pesca ilegal durante o período de defeso, seja feita por meio do CCP. A delegação brasileira ponderou que o CCP não dispõe, em sua composição, de todos os órgãos necessários, de modo que seria mais interessante a criação de grupo *ad hoc* de trabalho para examinar a questão.

As partes concordaram com maior colaboração na fiscalização durante o período de defeso. A parte brasileira informará, por escrito, à sua contraparte o período de defeso das diversas espécies de peixe, a fim de que sejam articuladas ações conjuntas contra a pesca ilegal.

- *Ecossistemas Costeiros*

O representante brasileiro ressaltou que há cooperação conjunta desde a X Reunião da CMT, em 2016. Propôs a assinatura de termo de cooperação científica com cinco objetivos: (i) sistema de intercâmbio das duas partes; (ii) formação de pesquisadores; (iii) publicações científicas conjuntas; (iv) definição de parceiros para financiar projetos de pesquisa; e (v) aquisição de equipamentos de pesquisa específicos. Entendimento sobre a iniciativa poderia ser desenvolvido ao abrigo do Acordo-Quadro de Cooperação de 1996.

A parte francesa salientou que tem interesse na proposta de estudos costeiros. Não haveria, por enquanto, decisões sobre financiamento.

2. Gestão hídrica

A parte francesa apresentou o projeto Bioplatô (em anexo a esta ata). Destacou os principais desafios relacionados à gestão hídrica na região: poluição por mercúrio no garimpo ilegal e acesso desigual a água potável. Salientou que os objetivos do projeto são melhorar o conhecimento qualitativo e quantitativo da reserva hídrica do Oiapoque, compartilhar informações e experiência entre parceiros.

A delegação brasileira informou que essa iniciativa já foi objeto de consideração pela CMT em edição anterior. O governo do Amapá manifestou interesse na iniciativa. As partes registraram expectativa de que a colaboração seja iniciada ainda neste ano.

3. Reestruturação de Corredeiras do Rio Oiapoque

A parte francesa apresentou projeto de reestruturação das corredeiras do lado francês do rio Oiapoque, cujo objetivo é conferir segurança e melhorar o transporte em benefício dos povos ribeirinhos. Afirmou que o projeto é estruturado em quatro eixos: (i) humano, (ii) segurança no transporte de pessoas, incluindo crianças; (iii) acessibilidade

geográfica e (iv) vertente econômica, para evitar perdas de material. Enfatizou que não seriam utilizados explosivos. A primeira fase ocorreu entre 2014 e 2015, em relação a três corredeiras que foram reestruturadas de forma mecânica, com deslocamento dos blocos no leito do rio. Salientou que a mão-de-obra utilizada será local.

A delegação brasileira registrou que o projeto já foi objeto de consulta às autoridades brasileiras, cuja resposta talvez não tenha levado em conta todos os dados apresentados. Se de fato não houver intervenção no lado brasileiro, não seria, em princípio, necessária manifestação brasileira, salvo em caso de impacto ambiental significativo, o que não parecer ser o caso. A matéria será objeto de nova consideração pelas autoridades brasileiras.

4. Gestão de resíduos e consumo

A parte francesa reitera proposta, feita na última reunião da CMT (2016), de formação de grupo de trabalho técnico transfronteiriço para resolver problemas de curto prazo, identificar boas práticas e indicar novos procedimentos de tratamento de resíduos, especialmente com a chegada da embarcação de coleta de resíduos a Saint Georges.

A parte brasileira destacou que o governo do Amapá montou banco de análise de resíduos sólidos na região e que a Lei 12.305/2010 prevê extinção de lixões abertos no Brasil. Estão sendo feitos estudos prévios para escolha da área do novo aterro sanitário do Oiapoque. O aterro deverá ser inaugurado em cerca de dois anos.

5. Projetos de cooperação científica

A delegação francesa apresentou o Grupo de Interesse Científico para Investigação Interdisciplinar sobre os Sistemas e Territórios Amazônicos (GIS IRISTA) criado em 2008 a fim de promover a pesquisa nos territórios amazônicos. Ele reúne 17 atores da pesquisa presentes na Guiana Francesa e permite cooperação de cerca de 180 pesquisadores permanentes e uma centena de pesquisadores não permanentes. O grupo participa de seminários e já trabalha com representantes brasileiros em cooperação científica. Essa cooperação poderia ser aprofundada com organismos de pesquisa brasileiros em 3 vertentes: mudança climática, preservação dos ecossistemas aquáticos e valorização dos recursos naturais.

A parte brasileira salientou que se trata de oportunidade interessante para dar voz a todos os projetos que já foram financiados, como o PCIA e o programa "Guyamazon". Propôs a criação de ambiente digital, onde seria possível guardar memória dos projetos científicos já realizados, para aproveitamento de ambos países.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FRANCESA**

